



SECRETARIA DA FAZENDA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Simulado Final **SEFAZ PE**

Auditor Fiscal do Tesouro Estadual

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial SEFAZ PE – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso SEFAZ PE;
- 2 – A prova contém **160 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-PE-03-12>

- | | | | | |
|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 01 – (A B C D E) | 33 – (A B C D E) | 65 – (A B C D E) | 097 – (A B C D E) | 129 – (A B C D E) |
| 02 – (A B C D E) | 34 – (A B C D E) | 66 – (A B C D E) | 098 – (A B C D E) | 130 – (A B C D E) |
| 03 – (A B C D E) | 35 – (A B C D E) | 67 – (A B C D E) | 099 – (A B C D E) | 131 – (A B C D E) |
| 04 – (A B C D E) | 36 – (A B C D E) | 68 – (A B C D E) | 100 – (A B C D E) | 132 – (A B C D E) |
| 05 – (A B C D E) | 37 – (A B C D E) | 69 – (A B C D E) | 101 – (A B C D E) | 133 – (A B C D E) |
| 06 – (A B C D E) | 38 – (A B C D E) | 70 – (A B C D E) | 102 – (A B C D E) | 134 – (A B C D E) |
| 07 – (A B C D E) | 39 – (A B C D E) | 71 – (A B C D E) | 103 – (A B C D E) | 135 – (A B C D E) |
| 08 – (A B C D E) | 40 – (A B C D E) | 72 – (A B C D E) | 104 – (A B C D E) | 136 – (A B C D E) |
| 09 – (A B C D E) | 41 – (A B C D E) | 73 – (A B C D E) | 105 – (A B C D E) | 137 – (A B C D E) |
| 10 – (A B C D E) | 42 – (A B C D E) | 74 – (A B C D E) | 106 – (A B C D E) | 138 – (A B C D E) |
| 11 – (A B C D E) | 43 – (A B C D E) | 75 – (A B C D E) | 107 – (A B C D E) | 139 – (A B C D E) |
| 12 – (A B C D E) | 44 – (A B C D E) | 76 – (A B C D E) | 108 – (A B C D E) | 140 – (A B C D E) |
| 13 – (A B C D E) | 45 – (A B C D E) | 77 – (A B C D E) | 109 – (A B C D E) | 141 – (A B C D E) |
| 14 – (A B C D E) | 46 – (A B C D E) | 78 – (A B C D E) | 110 – (A B C D E) | 142 – (A B C D E) |
| 15 – (A B C D E) | 47 – (A B C D E) | 79 – (A B C D E) | 111 – (A B C D E) | 143 – (A B C D E) |
| 16 – (A B C D E) | 48 – (A B C D E) | 80 – (A B C D E) | 112 – (A B C D E) | 144 – (A B C D E) |
| 17 – (A B C D E) | 49 – (A B C D E) | 081 – (A B C D E) | 113 – (A B C D E) | 145 – (A B C D E) |
| 18 – (A B C D E) | 50 – (A B C D E) | 082 – (A B C D E) | 114 – (A B C D E) | 146 – (A B C D E) |
| 19 – (A B C D E) | 51 – (A B C D E) | 083 – (A B C D E) | 115 – (A B C D E) | 147 – (A B C D E) |
| 20 – (A B C D E) | 52 – (A B C D E) | 084 – (A B C D E) | 116 – (A B C D E) | 148 – (A B C D E) |
| 21 – (A B C D E) | 53 – (A B C D E) | 085 – (A B C D E) | 117 – (A B C D E) | 149 – (A B C D E) |
| 22 – (A B C D E) | 54 – (A B C D E) | 086 – (A B C D E) | 118 – (A B C D E) | 150 – (A B C D E) |
| 23 – (A B C D E) | 55 – (A B C D E) | 087 – (A B C D E) | 119 – (A B C D E) | 151 – (A B C D E) |
| 24 – (A B C D E) | 56 – (A B C D E) | 088 – (A B C D E) | 120 – (A B C D E) | 152 – (A B C D E) |
| 25 – (A B C D E) | 57 – (A B C D E) | 089 – (A B C D E) | 121 – (A B C D E) | 153 – (A B C D E) |
| 26 – (A B C D E) | 58 – (A B C D E) | 090 – (A B C D E) | 122 – (A B C D E) | 154 – (A B C D E) |
| 27 – (A B C D E) | 59 – (A B C D E) | 091 – (A B C D E) | 123 – (A B C D E) | 155 – (A B C D E) |
| 28 – (A B C D E) | 60 – (A B C D E) | 092 – (A B C D E) | 124 – (A B C D E) | 156 – (A B C D E) |
| 29 – (A B C D E) | 61 – (A B C D E) | 093 – (A B C D E) | 125 – (A B C D E) | 157 – (A B C D E) |
| 30 – (A B C D E) | 62 – (A B C D E) | 094 – (A B C D E) | 126 – (A B C D E) | 158 – (A B C D E) |
| 31 – (A B C D E) | 63 – (A B C D E) | 095 – (A B C D E) | 127 – (A B C D E) | 159 – (A B C D E) |
| 32 – (A B C D E) | 64 – (A B C D E) | 096 – (A B C D E) | 128 – (A B C D E) | 160 – (A B C D E) |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO I

Andar pelas calçadas e ser abordado por alguém que pede ajuda, esmola, comida, é um fato que tem sido cada vez mais recorrente no dia a dia de pequenas e grandes cidades do Brasil e do mundo. A migração interna e externa por conta de guerras e regimes políticos expõe, igualmente, a situação de descaso com a humanidade reproduzida mundialmente. A busca por melhores condições de vida e por dignidade leva grandes contingentes populacionais a se arriscarem por caminhos perigosos que podem jamais ter volta. Por outro lado, nota-se a preocupação individual e de nações na proteção de suas fronteiras para dificultar e mesmo proibir a entrada de imigrantes.

Assim, perto e longe de nós ocorrem fatos que expressam total desprezo e indiferença para com o ser humano. Ao mesmo tempo que chocam, também podem levar à banalização do absurdo, do insano, do desrespeito pelo outro e pela humanidade compartilhada entre os semelhantes. A excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (culto a si mesmo), a extrema desigualdade, elementos característicos do nosso tempo, podem ser citados para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano, sobretudo, o mais marginalizado, aquele que não se encaixa nos padrões considerados “normais” em determinado contexto.

Nesse sentido, tende-se a responsabilizar apenas o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso total, como se o contexto e as condições históricas dependessem unicamente do sujeito. Nos discursos e nas atitudes mais comuns do nosso cotidiano impõem-se modos de pensar e agir que são considerados “normais” e “naturais”, os quais consideram o sujeito como um ser de performance, que precisa constantemente de upgrades, para que não se torne descartável. Crescer como indivíduo, aprender, formar-se numa perspectiva integral é sem dúvida uma questão fundamental para o ser humano. Mas qual o sentido e a própria possibilidade dessa formação, se ela for pensada e realizada exclusivamente no plano individual?

Nessa perspectiva, o filósofo franco-lituano Emmanuel Lévinas afirma que o desenvolvimento do mundo humano só é viável se encontrarmos, a todo momento, alguém que possa ser responsável pelo seu semelhante. Assim, o outro deixa de ser considerado um adversário que compete, atrapalha ou impede o desenvolvimento da liberdade individual, e se torna condição para o reconhecimento e a valorização da existência do ser humano. Ou seja, somos

humanos, na medida em que manifestamos o nosso cuidado pelos outros seres humanos.

Adaptado de LOPES, Luís Fernando.

<<http://portal.revistavisao.com.br/post/29961/texto-para-reflexao-humanidade-e-alteridade-para-onde-caminhamos/>>.

01. Ao constituir um panorama social da atualidade, o autor

- a) permite a reflexão sobre o desenvolvimento das pessoas como indivíduos e como membros de uma sociedade.
- b) leva em conta, como critério fundamental para o desenvolvimento humano, o tratamento individualista deixado de lado atualmente.
- c) reconhece uma expectativa positiva no desenvolvimento social, mesmo com percalços sociais e políticos.
- d) aponta como única solução a abertura das fronteiras para a recepção de imigrantes que desejam evadir de seu país de origem.
- e) salienta a importância que as políticas de imigração têm no contexto do desenvolvimento social de uma nação.

02. Estabelecem entre si uma relação de oposição os seguintes segmentos:

- a) A busca por melhores condições de vida (...) / se arriscarem por caminhos perigosos que podem jamais ter volta (1º parágrafo);
- b) (...) expressam total desprezo e indiferença para com o ser humano. / (...) banalização do absurdo, do insano, do desrespeito pelo outro (2º parágrafo);
- c) A excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (...) / avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano (2º parágrafo);
- d) (...) modos de pensar e agir que são considerados “normais” e “naturais” / (...) sujeito como um ser de performance, que precisa constantemente de upgrades (...) (3º parágrafo).
- e) (...) o outro deixa de ser considerado um adversário que compete, atrapalha (...) / (...) o reconhecimento e a valorização da existência do ser humano. (...) (4º parágrafo).

03. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) O indivíduo deve ficar, no mínimo, desconcertado quando se deparava com os problemas sociais oriundos do desenrolar de seu individualismo.
- b) Impendem-se esforços para que a desigualdade seja combatida em sua essência, de forma a cuidar dos novos vícios da sociedade, como a concentração de renda, o individualismo e a egolatria.
- c) Era de se esperar que todas as parcelas da população venham a se desenvolver com o mínimo de dignidade, e não apenas parte dela.
- d) Fossem mais otimistas as expectativas para a situação social atual, possivelmente no futuro não estivéssemos a enfrentar todas as desigualdades.
- e) Ainda que sociólogos e pensadores contemporâneos viessem a confirmar a tese de Emmanuel Lévinas, pouco poderá ser feito sem as ações do poder público e da sociedade.

04. A excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (culto a si mesmo), a extrema desigualdade, elementos caraterísticos do nosso tempo, podem ser citados para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano.

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento “para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano” por

- a) com o intuito de que se buscasse uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- b) conforme fosse buscando uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- c) para que buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- e) para que se busque uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- e) para que se busquem uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que se reflitam, tem situações que apenas serão deixadas de lado após um maior amadurecimento da sociedade.
- b) O autor do texto está convicto com que os problemas sociais da atualidade sejam consequência da crescente onda individualista.
- c) Argumentam-se no texto que o desequilíbrio e a desigualdade social é fator determinante para problemas sociais da atualidade.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades igualitárias para todos os indivíduos, não terá sucesso o desenvolvimento social.
- e) Às reflexões e ponderações de sociólogos e filósofos deve corresponder a ação conjunta de indivíduos e poder público, para que não se frustre o desenvolvimento da sociedade.

TEXTO II

Fui levado pela velha até o sótão; o excesso de gentileza era a evidência de que me enganavam. Docilmente me deixei levar; mãos nas minhas costas, ela me conduzia balbuciando consolos. Não ousei fazer perguntas. De qualquer modo, me responderiam com mentiras. Fingindo acreditar no jogo, planejava descobrir tudo por conta própria. Atrás de nós vinha o velho, sorrindo falso. No sótão a velha me mostrou a cama, os lençóis e um imaculado pijama de florzinhas. Quando estivesse pronto, poderia apagar a luz, o interruptor ao lado.

- Você tem medo do escuro?

- Não senhora.

Ela passou a mão na minha cabeça, desajeitada e carinhosa, e saiu fechando a porta. Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos: os velhos conspiravam. Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa. Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis antigos e caixotes empoeirados. No entanto, a cama primorosamente limpa, no meio da velharia, só para mim. Não atinava o sentido: o que teria levado os dois velhos (meus inimigos com tantos vidros quebrados em guerras de funda) a me recolherem logo à porta de casa e, ao preço de algumas balas de hortelã, um mingau de aveia e bolachas salgadas, prenderem-me no sótão. Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando. Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar importância. Devia saber de tudo. Tive a impressão de que a mulher com o nariz achatado na vidraça do quarto do meu pai era minha mãe, e olhava também para mim. Talvez. A casa estava escura e cheia de gente. Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam discretos e respeitosos, como a um príncipe destronado. Aquilo me agradou - por alguns minutos centro das atenções - e passei a mastigar as balas de hortelã fazendo barulho com a boca e respingando saliva, para irritar, mas eu estava imunizado por um respeito sobrenatural. Em seguida me assustei, pressentindo fragilidade na minha posição; era falsa. No fim de tudo por certo eu sairia perdendo.

Adaptado de TEZZA, Cristóvão. "A primeira noite de liberdade". Disponível em < http://www.cristovaotezza.com.br/textos/contos/p_primeira.htm >.

06. Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) o narrador-personagem não se lembra de muitos detalhes de sua infância com os pais;
- b) a casa nova possui uma paisagem acolhedora e aconchegante;
- c) o narrador-personagem aceita a situação imposta, mesmo sem entender o contexto por completo;
- d) a nova moradia do narrador-personagem, por ser longe da antiga, traz um sentimento nostálgico;
- e) após a morte de seus pais, o narrador-personagem acabou acolhido por vizinhos com os quais não tinha proximidade.

07. A narrativa traz I considerável impressão de que II alguma situação bastante constrangedora acontecendo II família. Tanto o é que o personagem observa seu próprio irmão em frente III casa, sem que possa fazer nada.

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) a – à – àquela
- b) a – há – àquela
- c) há – à – a
- d) há – a – à
- e) à – a – àquela.

08. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) O leitor, consegue se aproximar do personagem, e sentir pena de sua situação.
- b) O narrador, ao se conformar com a situação tentava pensar no que poderia vir a ocorrer em seguida, sem poder fazer muito.
- c) A observação do narrador em seu novo quarto, sobre a lâmpada, as telhas à mostra, e os móveis antigos, apresenta um contexto sombrio.
- d) Percebe-se que o personagem é observado, por pessoas que estão à volta. Essa imagem permite ao leitor, que, faça muitas conjecturas.
- e) Acolhe-se o personagem na esperança de vir a ser algo bom, mesmo que não entenda o porquê de toda aquela situação.

09. *Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos.*

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa;
- b) Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis (...);
- c) Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando;
- d) Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam;
- e) Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado.

10. Observando-se a construção do período *Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar importância*, é correto afirmar que:

- a) a oração “Quando me subornavam em frente de casa” complementa o verbo da oração subsequente.;
- b) no caso de substituição da forma “me subornavam” por “estavam me subornando”, a correlação verbal manter-se-á a mesma;
- c) os termos “meu irmão mais velho” e “importância” são complementos verbais;
- d) no caso de substituição de “olhava” por “ficava olhando”, a regência seguinte passará a ser nominal.;
- e) uma forma da voz passiva equivalente a “me subornavam” é “estavam me subornando”.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICA E ESTATÍSTICO

Carlos Henrique

11. Paulo pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fábio pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, os dois se encontraram e o relógio de Paulo marcava 9 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fábio?

- a) 8:37
- b) 8:42
- c) 8:50
- d) 8:52
- e) 9:10

12. Ana, Bia, Carla, Denise e Eduarda são amigas e sentam-se juntas e lado a lado no meio de uma fileira vazia do teatro com 11 lugares. Depois que todos se acomodam, verifica-se que:

- Bia não se senta ao lado de Denise, mas em cada um dos seus lados está sentada uma das suas amigas.
- Ao lado de Eduarda há uma poltrona vazia.
- Sentada, Carla está na terceira poltrona à esquerda da poltrona de Eduarda.
- Há apenas duas poltronas ocupadas entre Ana e uma poltrona vazia.

Nas condições descritas, é correto afirmar que

- a) Denise está sentada na poltrona do meio.
- b) Bia está sentada ao lado de Carla.
- c) Ana está sentada ao lado de Carla.
- d) Eduarda está sentada ao lado de Denise.
- e) Carla está a três poltronas de Bia.

13. Bia, Eva, Ju e Norma têm idades de 10 a 12 anos, e sabem as idades umas das outras. Em uma brincadeira de crianças, as meninas que tinham idade ímpar deveriam sempre falar a verdade e as meninas que tinham idade par deveriam sempre mentir. Suponha que há pelo menos uma menina com a idade ímpar e pelo menos uma menina com a idade par. Nessa brincadeira elas tiveram as seguintes falas:

Bia: Eu tenho 10 anos.

Eva: Nenhuma de nós tem 11 anos.

Ju: A soma das idades de Eva e Norma é igual a 21 anos.

Norma: A soma da minha idade com a idade de Ju é igual a 22 anos.

Bia: Eva tem 11 anos.

A soma das idades, em anos, das quatro meninas é igual a:

- a) 43.
- b) 42.
- c) 41.
- d) 44.
- e) 45.

14. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas.
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

15. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

16. Um colecionador de moedas M moedas e pretendeu separá-las de 7 em 7, de 15 em 15 ou de 20 em 20, mas sempre sobraram 4 moedas. Contou-as todas e verificou que eram mais de 1200 e menos de 1300. Qual é a soma dos algarismos de M ?

- a) 5
- b) 9
- c) 10
- d) 12
- e) 13

17. Cento e oitenta auditores fiscais, sendo noventa e seis mulheres e oitenta e quatro de homens, devem ser repartidos em grupos de atuação. Os grupos de atuação devem ter o mesmo número de pessoas, e cada grupo deve ter apenas pessoas do mesmo sexo. O menor número de grupos possível é:

- a) 15
- b) 18
- c) 20
- d) 7
- e) 12

18. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)². Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

19. A vendedora de carros Cecília decide testar uma hipótese a respeito de vendas mensais. Ela acredita que o número máximo de vendas mensais seja igual a 10. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,002 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,002 e rejeitar H_0
- c) 0,576 e rejeitar H_0
- d) 0,105 e rejeitar H_0 .
- e) 0,105 e aceitar H_0

20. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$
- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert almeida

21. Os atos administrativos possuem atributos ou características que os diferem dos atos privados. Quando o administrador pratica um ato que não possui correspondência a figura previamente definida em lei como apta a produzir um resultado, estará desrespeitando o atributo da

- a) presunção de legitimidade.
- b) presunção de veracidade.
- c) exigibilidade.
- d) tipicidade.
- e) autoexecutoriedade.

22. De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), sobre a formalização dos contratos administrativos, pode-se afirmar que

- a) os contratos firmados com base na Lei de Licitações regulam-se por suas cláusulas e supletivamente pelos princípios do direito público.
- b) todo contrato deverá mencionar a finalidade da contratação e o ato que autorizou sua lavratura.
- c) os contratos não precisam conter cláusulas definidoras de direitos, tendo em vista que essas disposições já constam do edital da licitação.
- d) o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo de cinco dias, contados da finalização do processo licitatório.
- e) a administração é obrigada a convocar os licitantes remanescentes, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas.

23. O pregão é a modalidade licitatória utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Acerca do pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02, analise os itens a seguir

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá as cláusulas do contrato, mas não há necessidade de fixação dos prazos para fornecimento;

II - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cabendo ao pregoeiro, se não houver recursos, a competência para adjudicar o objeto ao vencedor.

III - a equipe de apoio deverá ser integralmente formada por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

IV - a exigência de garantia de proposta fica limitada a um por cento do valor estimado da contratação.

Está correto somente o que se afirma na(s) alternativa(s)

- a) I e II.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I, II, III e IV.

24. O instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiro, conforme conceito trazido pela Lei nº 13.019/2014 é denominado

- a) termo de colaboração.
- b) termo de fomento.
- c) acordo de cooperação.
- d) termo de parceria.
- e) projeto.

25. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2001, é correto afirmar que

- a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.
- b) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.
- c) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.
- d) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.
- e) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

26. São considerados bens públicos dominicais

- a) aqueles utilizados na prestação serviços pela Administração ou para a realização dos serviços administrativos.
- b) aqueles que podem ser utilizados por todas as pessoas em igualdade de condições, independentemente de autorização individualizada concedida pelo Poder Público.
- c) aqueles que não possuem uma finalidade pública específica.
- d) uma escola municipal e os hospitais públicos.
- e) os rios, mares, estradas, ruas e praças.

27. Suponha que, durante o socorro às vítimas de um acidente de trânsito, a maca utilizada para transportar um dos feridos quebrou e a vítima se chocou contra o solo. Posteriormente, a pessoa veio a falecer. Entretanto, ficou comprovado que a queda não teve relação com a morte dessa pessoa, sendo certo que o óbito decorreu de pancada que ela sofreu na cabeça no acidente de trânsito. No caso, tendo como base a teoria da responsabilidade civil estatal

- a) o Estado responderá integralmente pelo dano decorrente do óbito, na modalidade objetiva, independente da demonstração de dolo ou culpa do agente público.
- b) a responsabilidade civil do Estado será subjetiva, em decorrência da omissão de cuidado, independentemente do nexo causal da queda da maca com o óbito.
- c) o Estado não responde nesse caso, pois incide a excludente de culpa exclusiva da vítima.
- d) não há responsabilidade civil estatal, pois não há relação entre a conduta estatal e o óbito, uma vez que a causa foi, na verdade, o acidente (e não a queda da maca).
- e) a responsabilidade civil, nesse caso, é integral e objetiva do próprio agente estatal, que responde diretamente pelo dano causado.

28. A administração pública pratica atos administrativos que estão sujeitos ao controle interno e externo. Quanto ao controle exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, pode-se afirmar que

- a) os contratos firmados ao final dos procedimentos licitatórios no âmbito da administração podem ser anulados diretamente pelos Tribunais de Contas.
- b) é permitida a sustação de atos diretamente pelo Tribunal de Contas, após o não cumprimento, pela administração, da determinação de sanar ilegalidades encontradas na fiscalização.
- c) o controle por parte dos Tribunais de Contas é exercido somente após a prática dos atos, na época da prestação de contas dos administradores.
- d) ao constatar ilegalidades em editais de licitação, o Tribunal de Contas poderá modificar sua redação, para adequar aos princípios da legalidade e da eficiência.
- e) em relação aos atos e contratos, a sustação da execução deverá ser realizada diretamente pelo Congresso Nacional, sem a participação do Tribunal de Contas.

29. A Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Acerca do processo administrativo de responsabilização,

- a) as autoridades máximas de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são competentes para instauração, desde que provocadas, dos processos administrativos para apuração da responsabilidade das pessoas jurídicas.
- b) desde que devidamente justificadas no processo, por motivos de relevante interesse público, será permitida a subdelegação da competência para instauração e julgamento dos processos administrativos para apuração de responsabilidade.
- c) a comissão composta pela autoridade instauradora irá conduzir o processo e será composta por no mínimo dois servidores estáveis ou comissionados.
- d) o processo sob investigação poderá ser suspenso diretamente pela comissão do processo administrativo de responsabilização, como medida cautelar.
- e) o prazo para conclusão do processo administrativo de responsabilização pela comissão é de cento e oitenta dias, podendo ser prorrogado, mediante fundamentação da autoridade instauradora.

30. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.
- b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.
- d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.
- e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Lei do Município de Balneário de Camboriú dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Santa Catarina pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador de Santa Catarina não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

32. A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

33. Gastón é argentino nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, em viagem para a Argentina, após ter adquirido a nacionalidade brasileira, matou um antigo desafeto. Em 2021, a Argentina solicitou ao Brasil a extradição de Gastón. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Gastón poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Gastón não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

34. A respeito da competência para legislar sobre direito tributário, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

35. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

36. O Município de Vitória editou lei que afrontou dispositivo expresso da Constituição do Espírito Santo, norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública do Espírito Santo.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal.

37. A Constituição Federal descreveu o processo legislativo de sete espécies normativas primárias. Na criação de algumas dessas espécies, há a participação do Presidente da República, mas há também aquelas construídas tão somente pelo Poder Legislativo, sem nenhuma atuação do Executivo. Dentre as assertivas abaixo, indique aquela que contém espécie normativa que pode ser criada sem nenhuma participação do Presidente da República.

- a) Emendas à Constituição Federal.
- b) Leis Complementares.
- c) Medidas Provisórias.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Leis Delegadas.

38. Lei do Estado de Goiás atribuiu ao responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.
- e) A lei estadual é inconstitucional, porque invadiu a competência da União para legislar sobre direito do trabalho.

39. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados toma a decisão de iniciar apuração acerca da acusação formalizada contra o Presidente da República, assegura-se ao Chefe do Executivo o contraditório e a ampla defesa.

40. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

- 41.** Antônio e Gabriela possuem, separadamente, estabelecimentos comerciais que atuam no setor de artigos para festas. Ocorre que Gabriela, pretendendo estabelecer residência em outro país, contatou Antônio propondo que ambos reunissem seus negócios, explicando que ele seria o único responsável por desenvolver a atividade constitutiva do objeto social em seu nome individual e sob sua exclusiva responsabilidade. A proposta foi aceita por Antônio e ambos firmaram contrato social do negócio por eles constituído. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que:
- a) Antônio e Gabriela constituíram sociedade limitada, sendo a responsabilidade de cada sócio restrita ao valor de suas quotas.
 - b) Falindo Antônio, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido
 - c) Gabriela, na condição de sócia participante, obriga-se somente com Antônio.
 - d) Antônio pode, em qualquer caso, admitir novo sócio.
 - e) A constituição da referida sociedade depende de inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio.

42. Considerando as disposições do Código Civil que tratam sobre o empresário, analise as assertivas abaixo:

- I. O empresário casado sob o regime da comunhão parcial não pode alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa sem a devida outorga conjugal.
- II. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade entre si desde que não casados sob o regime da comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória.
- III. A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário são oponíveis contra terceiros desde a data da publicação da decisão.
- IV. Os pactos e declarações antenupciais do empresário serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

- 43.** Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com
- a) a analogia, os costumes e a interpretação extensiva.
 - b) a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
 - c) a analogia, a interpretação sociológica e os princípios gerais do direito.
 - d) a interpretação analógica, os costumes e os princípios gerais de direito
 - e) a interpretação analógica, os costumes e a interpretação teleológica.

44. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

45. É válida e eficaz a doação:

- a) de ascendentes a descendentes.
- b) com cláusula de reversão em favor de terceiro.
- c) de todos os bens sem reserva de parte suficiente para a subsistência do doador.
- d) feita por escritura pública, instrumento particular ou verbal.
- e) em forma de subvenção periódica, depois do falecimento do donatário, em favor de seus herdeiros.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

46. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- a) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
- b) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
- c) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
- d) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
- e) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

47. A respeito das hipóteses de exclusão de ilicitude, constantes do Código Penal, é correto dizer que

- a) no estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvaguardar, o agente restará isento de pena.
- b) a legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio.
- c) o estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio.
- d) quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, incorre em crime, mas restará isento de pena, desde que não caracterizado o excesso, doloso ou culposos.
- e) a legítima defesa específica aos agentes de segurança pública, prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal, aplica-se apenas quando em causa vítima de crime de extorsão mediante sequestro.

48. No interior de serventia extrajudicial, Joana buscava obter determinada certidão. Enquanto aguardava o funcionário, verificou que, do lado de dentro do balcão, havia um compartimento com moedas que eram utilizadas para facilitar a entrega de troco aos clientes. Diante da facilidade da situação, aproveitou para subtrair R\$ 60,00 em moedas, valor que seria utilizado para comprar um presente de aniversário para sua filha. Ocorre que a conduta de Joana foi registrada pelas câmeras de segurança, chegando os fatos ao conhecimento da autoridade policial. Foi constatado, ainda, que Joana era primária, sem qualquer envolvimento pretérito com o aparato policial ou judicial. Considerando apenas as informações expostas, a conduta praticada por Joana se adequaria, abstratamente, ao delito de:

- a) peculato, sendo inaplicável o princípio da insignificância em razão da natureza de crime contra a Administração Pública;
- b) peculato, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a tipicidade da conduta;
- c) peculato, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a culpabilidade da agente;
- d) furto, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a tipicidade da conduta;
- e) furto, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a culpabilidade da agente.

49. Antônio teve auto de infração lavrado em seu desfavor pela omissão do recolhimento de tributo, por ter prestado declarações falsas sobre seus rendimentos tributáveis às autoridades fazendárias, na sua declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda – Pessoa Física. Nesse mesmo ensejo, foi confeccionada representação fiscal para fins penais, que veio a ser apensada ao precitado auto de infração. Antônio interpôs recurso administrativo dessa autuação, ora pendente de julgamento. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- b) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando este receber a representação fiscal para fins penais.
- c) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando houver lançamento definitivo do tributo.
- d) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se os tributos e acessórios forem pagos.
- e) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se o crédito tributário for extinto por decisão judicial.

50. João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido. De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- a) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- b) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- c) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- d) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- e) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

51. Uma empresa fez a emissão de 5.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,50 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2018
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2019 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2019 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 704.999,86 e 7.317.741,18.
- c) 720.000,00 e 7.499.409,52.
- d) 675.000,00 e 6.954.409,52.
- e) 886.668,22 e 7.499.409,52.

52. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

53. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

54. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2019, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2020, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro
R\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservas
R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período
R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal
R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência
R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios
R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos
R\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria
R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2020 foi de:

- a) R\$ 135.000,00.
- b) R\$ 125.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

55. Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- a) 385.000,00.
- b) 210.000,00.
- c) 175.000,00
- d) 375.000,00.
- e) 418.669,41.

56. A empresa W, ré nos processos trabalhistas X, Y e Z, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa W.

Processos	Desembolso (em R\$ mil)	Probabilidade de ocorrência
X	300	70%
Y	180	60%
Z	40	80%

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de, em R\$ mil:

- a) R\$ 40.
- b) R\$ 180.
- c) R\$ 300.
- d) R\$ 350.
- e) R\$ 520.

57. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

58. Sobre a terminologia aplicada à contabilidade de custos, marque a assertiva correta:

- a) O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda e uma despesa.
- b) Perda improdutiva é o sacrifício patrimonial involuntário e normal.
- c) Investimento é o pagamento correspondente à aquisição de um bem ou serviço.
- d) Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.
- e) Os gastos posteriores à produção podem ser custos ou despesas.

59. A Cia. industrial MAVIFOR incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2022:

- Matéria-prima consumida: R\$ 100,
- mão de obra direta: R\$ 300;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 80;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 120.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 550.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- a) R\$ 130 e R\$ 214.
- b) R\$ 214 e R\$ 130.
- c) R\$ 420 e R\$ 336.
- d) R\$ 336 e R\$ 420.
- e) R\$ 600 e R\$ 480.

60. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de

- a) 55 unidades.
- b) 60 unidades.
- c) 65 unidades.
- d) 70 unidades.
- e) 75 unidades.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

61. Uma organização resolveu implementar a nova versão do ITIL - 4 e para garantir uma abordagem holística, considerou a aplicação de todas as dimensões pelo modelo. A ideia é dar a cada dimensão o esforço apropriado que ela merece conforme as estratégias da empresa. A dimensão que recebeu mais enfoque foi a que se preocupa com as várias partes do trabalho da organização, para que ele seja integrado e coordenado de modo que habilite a criação de valor para o negócio. Qual é essa dimensão?

- a) organização e pessoas
- b) informação e tecnologia
- c) fluxo de valor e processos
- d) parceiros e produtos
- e) organização e partes interessadas

62. Um erro comum, é achar que os princípios definidos pelo ITIL 4 são regras que precisam ser seguidas, quando, na verdade, são recomendações que guiam a organização em todas as circunstâncias, independentemente de mudanças em seus objetivos, estratégias, tipo de trabalho ou estrutura de gerenciamento. Qual dos itens abaixo não é um princípio definido por ela?

- a) Foco no Valor
- b) Progredir iterativamente com feedback
- c) colaborar e promover a visibilidade
- d) Mantenha simples e prático
- e) Cocriação de valor

61. Marque a alternativa que contém um **fator de projeto**, um **objetivo de governança** e um objetivo de **gerenciamento** do Cobit 2019

- a) baseado num modelo conceitual, inovação e gestão dos fornecedores
- b) customizado para as necessidades da organização, governança de portfólio, gestão dos recursos humanos
- c) DevOps, governança de dados, gestão da segurança
- d) Panorama de Ameaças, definir estratégia, gestão da otimização dos riscos
- e) Tamanho da empresa, garantir entrega de benefícios, gestão da arquitetura empresarial

64. Como os requisitos listados abaixo são classificados?

I - O sistema de locadora deve transformar o status da locação de imóvel de disponível para alugado quando ele for alugado.

II - Todos os documentos entregues devem seguir o padrão de relatórios

III - A consulta por um código de barras não pode demorar mais do que 5 segundos

IV - A tributação dos produtos é de 15% no Estado de Pernambuco

Legenda: RNF (requisito não funcional) | RF (requisito funcional)

- a) I - RNF eficiência, II - RF, III - RNF desempenho, IV - RNF legal
- b) I - RF, II - RNF organizacionais de padrões, III - RNF de produto, IV - RNF externo
- c) I - RNF desempenho, II - RNF entrega, III - RNF eficiência, IV - RNF de portabilidade
- d) I - RF, II - RNF produto, III - RNF privacidade, IV - RNF ético
- e) I - RF, II - RNF organizacionais de implementação, III - RF, IV - RNF de interoperabilidade

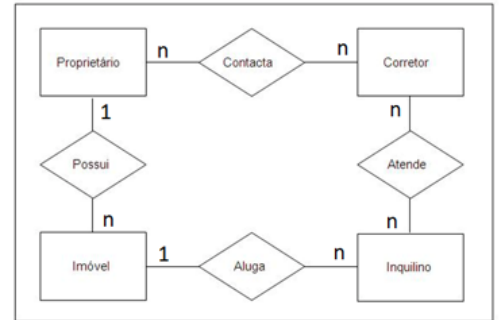
65. Guilherme, auditor fiscal da Sefaz Pernambuco, é responsável por tirar conclusões a respeito das contas fiscais do Estado. Ele possui uma grande quantidade de dados disponível para sua análise e procurou uma solução automatizada de aprendizado de máquina que o ajudasse na tarefa. O algoritmo escolhido utiliza alguns elementos como suporte mínimo, índice de suporte, confiança e força. Qual foi o algoritmo escolhido por Guilherme?

- a) Knn
- b) K-means
- c) Regressão logística
- d) Apriori
- e) ID.3

66. No CMMI 2.0, uma das suas categorias é responsável pela garantia da qualidade e gestão de fornecedores, essa categoria é:

- a) Governança
- b) Planejamento
- c) Melhoria
- d) Execução
- e) Gestão

67. A partir do Diagrama Entidade Relacionamento de sistema de imobiliária listado abaixo, assinale a alternativa correta.



Fonte: <https://www.devmedia.com.br/mer-e-der-modelagem-de-bancos-de-dados/14332>

- a) Entidades normativas: são aquelas cuja existência independe de outras entidades, ou seja, por si só elas já possuem total sentido de existir. Proprietário é um exemplo desse tipo.
- b) Um imóvel pode possuir mais de um proprietário
- c) O relacionamento entre inquilino e corretor gerará uma entidade associativa
- d) A chave primária de proprietário ficará como chave estrangeira em corretor.
- e) A entidade associativa Possui é um exemplo de entidade fraca

68. De acordo com o guia prático EFD-ICMS/IPI - v 3.1.0, qual bloco responsável pelo inventário físico?

- a) A
- b) B
- c) D
- d) E
- e) H

69. De acordo com o guia prático EFD-ICMS/IPI - v 3.1.0, o registro de bloco C é responsável por Documentos Fiscais - Mercadorias. Qual registro nesse bloco é obrigatório para discriminar os itens da nota fiscal (mercadorias e/ou serviços constantes em notas conjugadas), inclusive em operações de entrada de mercadorias acompanhadas de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de emissão de terceiros.

- a) C170
- b) C176
- c) C195
- d) C197
- e) C110

70. De acordo com o Leiaute e Regras de Validação da NF-e e da NFC-e do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, o Grupo M trata

- a) Identificação do Emitente
- b) Identificação do Fisco emitente
- c) Detalhamento dos produtos e serviços
- d) Total da NF-e
- e) Tributos incidentes no Produto ou Serviço

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

71. Analise as afirmativas a seguir no contexto da economia do bem-estar.

- I. O equilíbrio da oferta e da demanda maximiza a soma dos excedentes do consumidor e do produtor, isto é, a mão invisível do mercado conduz compradores e vendedores a uma alocação eficiente de recursos.
- II. Os excedentes do consumidor e do produtor podem ser calculados, respectivamente, como a área abaixo da curva de demanda e acima do preço e como a área abaixo do preço e acima da curva de oferta.
- III. Enquanto o excedente do produtor mede o benefício que os vendedores podem obter por sua participação no mercado, o excedente do consumidor mede o benefício que os consumidores podem obter por sua participação no mercado.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) Todas são falsas

72. Uma diminuição na demanda de um determinado bem de Giffen, pode ser causada por

- a) um aumento na renda dos consumidores.
- b) um aumento nos custos de produção.
- c) um aumento no preço do bem.
- d) uma queda no preço do bem.
- e) uma mudança favorável nas preferências ao bem Y.

73. Ao analisar a Teoria da Firma, temos a expressão escala de produção, que é o ritmo de variação da produção, respeitada certa proporção de combinação entre os fatores. Diante disto, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Lei dos Rendimentos Crescentes acontece ao aumentar-se a quantidade de um fator variável, permanecendo a quantidade dos demais fatores fixos, a produção, inicialmente, crescerá a taxas crescentes; a seguir, depois de certa quantidade utilizada do fator variável, passará a crescer a taxas decrescentes; continuando o incremento da utilização do fator variável, a produção voltará a crescer.

() A lei dos rendimentos crescentes de escala ocorrem quando a variação na quantidade do produto total é menos do que proporcional à variação da quantidade utilizada dos fatores de produção.

() A influência das relações dimensionais é uma causa muito comum de rendimentos decrescentes de escala: se o diâmetro de um tubo é dobrado, o fluxo de água que passa por ele mais do que dobra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, V
- d) F, F, V
- e) V, F, V,

74. A respeito da atuação das firmas nos diferentes ambientes de concorrência, analise as afirmativas a seguir:

- I. Firmas que atuam em mercados de concorrência perfeita maximizam o lucro ofertando a quantidade em que o custo marginal é igual a receita marginal.
- II. Firmas monopolistas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala ao preço.
- III. Na competição monopolística as firmas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal e esse mercado é caracterizado pelo lucro zero no curto prazo.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

75. A respeito da atuação das firmas nos diferentes ambientes de concorrência, analise as afirmativas a seguir:

- I. Firmas que atuam em mercados de concorrência perfeita maximizam o lucro ofertando a quantidade em que o custo marginal iguala o preço.
- II. Firmas monopolistas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal com o preço determinado pela curva de demanda.
- III. Na competição monopolística as firmas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal e esse mercado é caracterizado pelo lucro zero no longo prazo.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

76. Sobre a estrutura de mercado de um determinado bem ou serviço, analise as afirmativas abaixo:

- I. O monopólio somente se mantém se a firma conseguir impedir a entrada de outras firmas no seu mercado de atuação.
- II. O Monopólio tem vários compradores que influenciam o preço que pagam pelo produto de um único vendedor.
- III. O monopólio bilateral ocorre quando há apenas um vendedor e um comprador.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- b) Apenas a afirmativa I está correta
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- d) Apenas a afirmativa III está correta
- e) Apenas a afirmativa I está correta

77. "É aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro, usando-se eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo.". O enunciado refere-se à definição de

- a) hiato do produto.
- b) PIB Nominal
- c) Produto nominal.
- d) produto de pleno emprego.
- e) PIB per capita.

78. Uma das funções desempenhadas pela moeda é a de reserva de valor, no entanto, a moeda não é o único ativo que desempenha tal função.

O motivo que faz com que os cidadãos retenham moeda como reserva de valor é o fato de ela

- a) oferecer um rendimento a seu detentor.
- b) possuir liquidez absoluta.
- c) prestar algum serviço ao seu possuidor.
- d) propiciar um aumento no seu valor.
- e) ser protegida contra inflação.

79. Avalie as afirmativas a seguir, considerando o modelo IS-LM em uma economia fechada:

I. Na armadilha da liquidez, a expansão da oferta monetária real será totalmente retida pelos agentes, sem alteração da taxa de juros. Mas a política fiscal expansionista não terá eficácia, semelhante ao que prediz a teoria keynesiana.

II. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central mantém inalterada a oferta monetária, tudo o mais constante, o resultado é uma diminuição do nível de renda.

III. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central deseja manter inalterada a taxa de juros, tudo o mais constante, deve ser realizado uma redução da oferta monetária.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativa I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

80. Considerando o Modelo IS-LM com expectativas e que a inflação corrente está acima da meta de inflação prevista pelo governo, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Um aumento nos gastos públicos pode levar a um crescimento do nível de inflação da economia.
- b) Uma queda da taxa de juros tende a reduzir a inflação corrente.
- c) Uma redução dos impostos tende a reduzir a inflação de demanda
- d) Uma redução dos gastos públicos aumenta a inflação corrente
- e) Uma expansão monetária tende a elevar a inflação de custos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

81. Sabe-se que, como regra, compete à União instituir contribuições destinadas ao custeio da seguridade social. Acerca do tema, aponte os itens que representam corretamente as contribuições sociais a cargo do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei:

I – a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

II – a receita ou o faturamento.

III – o lucro.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II.
- b) I, II, III.
- c) I, III.
- d) I.
- e) II.

82. De acordo com o art. 155, II, da CF, Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Acerca da incidência ou não do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, julgue os itens a seguir, e ao final aponte a alternativa que representa quais deles estão corretos:

I – O ICMS não incide sobre as operações que envolvam energia elétrica.

II – Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as hipóteses de incidência monofásica do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.

III – Na incidência monofásica do ICMS, nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III.
- b) I, II.
- c) III.
- d) II.
- e) I, III.

83. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Acerca da obrigação tributária principal e do crédito tributário, assinale a opção errada:

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- b) O lançamento de ofício independe da participação do sujeito passivo.
- c) A depender da garantia atribuída ao crédito tributário, a obrigação tributária pode ser afetada.
- d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- e) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

84. A norma instituidora do tributo possui alguns aspectos denominados pela doutrina de Regra-Matriz de Incidência Tributária (RMIT). Sobre o referido estudo, Relacione os conceitos abaixo com as lacunas da questão e, ao final, aponte a alternativa que representa a ordem correta:

1 – Aspecto Material

2 – Aspecto Pessoal

3 – Aspecto Quantitativo

4 – Aspecto Espacial

5 – Aspecto Temporal

- () Trata-se do aspecto substancial da hipótese de incidência, caracterizando-se sobre “o quê” irá incidir o tributo.
- () Esse aspecto define o quantum debeatur, isto é, o quanto o devedor deve pagar de tributo.
- () É o aspecto que define o momento em que o fato gerador considera-se ocorrido, sendo este o marco para se definir a lei vigente e as alíquotas aplicáveis.

() Diz respeito aos limites territoriais da incidência do tributo ou ao local específico em que se considera ocorrido o fato gerador.

() Define quem é o credor (sujeito ativo) da obrigação tributária, bem com os respectivos devedores (sujeito passivo).

a) 1,2,3,4,5

b) 1,3,5,4,2

c) 5,3,2,4,1

d) 2,3,4,5,1

e) 1,3,4,5,2

85. Analise as duas situações hipotéticas descritas abaixo:

I - Pedro formaliza promessa de doação de um carro de presente ao seu filho, com a seguinte condição: receberá a doação caso seja aprovado no próximo concurso da Receita Federal.

II - José doa um carro de presente ao seu sobrinho, com a seguinte condição: caso não seja aprovado no próximo concurso da Receita Federal, deverá devolver o carro ao seu tio.

A respeito das situações acima, e considerando as disposições do CTN a respeito da incidência tributária do ITCMD em negócios jurídicos condicionais, aponte a alternativa correta:

a) O ITCMD será devido pelo filho de Pedro quando for aprovado no concurso da Receita Federal.

b) O ITCMD será devido pelo sobrinho de José quando for aprovado no concurso da Receita Federal.

c) O ITCMD não será incidirá no caso do sobrinho de José caso não seja aprovado no concurso da Receita Federal.

d) O ITCMD será devido pelo filho de Pedro desde a celebração do negócio jurídico.

e) O ITCMD será devido no mesmo momento em ambos os casos.

86. A respeito da prescrição em matéria tributária, indique a alternativa correta:

- a) Trata-se de assunto que pode ser definido pelos entes federativos, por meio de lei ordinária.
- b) A prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
- c) O termo inicial do lustro prescricional ocorre com a constituição definitiva do crédito tributário.
- d) O prazo prescricional é de 10 anos, conforme a jurisprudência pacífica do STF.
- e) A prescrição se interrompe pelo protesto judicial, mas não se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

87. Caso ocorra a criação de um território federal, a competência tributária será dividida da seguinte forma:

- a) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal.
- b) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos sempre pela União.
- c) Os impostos estaduais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal e os impostos municipais serão instituídos pela União.
- d) Os impostos municipais poderão ser instituídos pela União.
- e) Os impostos federais ali cobrados deverão ser destinados integralmente ao território federal.

88. A respeito da lei complementar em matéria tributária, aponte a alternativa errada:

- a) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Cabe à lei complementar definir as alíquotas máximas do ITCMD.
- c) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- e) Cabe à lei complementar definir as alíquotas máximas do ISS.

89. Sobre o tema “obrigação tributária e fato gerador”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- () Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

- a) V, F, V, F
- b) F, F, F, V
- c) V, V, F, V
- d) F, V, V, F
- e) F, V, F, V

90. Considerando o tema exclusão do crédito tributário, à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A isenção pode ser prevista em lei ou contrato.
- () A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
- () A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

- a) V, F, F
b) F, F, V
c) V, V, F
d) F, V, V
e) F, V, F

91. Sobre o conceito de tributo, aponte a alternativa que não traz uma de suas características:

- a) é instituído mediante lei, em regra.
- b) não constitui sanção por ato ilícito.
- c) trata-se de receita derivada.
- d) o pagamento será realizado em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir.
- e) a cobrança se dá mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

92. A partir do que se estuda acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, aponte a alternativa correta:

- a) Ressalvadas as exceções, a anterioridade da lei tributária é uma regra que deve ser aplicada no caso de instituição ou modificação do tributo.
- b) A multa moratória não possui caráter confiscatório, independentemente do seu valor.
- c) O princípio da legalidade impõe a necessidade de lei, ordinária ou complementar, para instituição de tributos, não cabendo a edição de medida provisória.
- d) É vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- e) A imunidade dos partidos políticos também alcança as suas respectivas fundações.

93. Acerca das regras constitucionais acerca do ICMS, aponte a alternativa correta:

- a) Não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física.
- b) Incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física, desde que seja contribuinte habitual do imposto.
- c) Em se tratando do ICMS incidente na importação, o imposto será devido ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- d) O ICMS não incidirá sobre as operações de exportações, ficando, portanto, vedado o aproveitamento de créditos referentes às operações anteriores.
- e) O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

94. A respeito do crédito tributário, aponte a alternativa correta:

- a) decisão judicial liminar só suspende a exigibilidade do crédito tributário se for proferida em mandado de segurança.
- b) admite-se a denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo.
- c) o depósito só suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- d) A prescrição em matéria tributária extingue apenas a possibilidade de cobrança, sendo mantido o crédito tributário.
- e) Os estados-membros, quanto aos seus tributos, podem estabelecer regras próprias de decadência, desvinculadas daquelas previstas no Código Tributário Nacional.

95. Acerca das taxas e o que dispõe a Constituição Federal e/ou o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A taxa pode se referir a utilização de um serviço público, desde que este seja específico ou divisível.
- () A taxa não pode ter base de cálculo própria de imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas.
- () É considerado como efetivamente utilizado pelo contribuinte o serviço público, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

- a) V, F, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, F

96. São tributos de competência da União:

- a) A contribuição de iluminação pública e o imposto de importação.
- b) Os impostos residuais e o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.
- c) Os empréstimos compulsórios e o imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- d) Os impostos extraordinários e os impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- e) As contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

97. São fontes primárias do direito tributário, exceto:

- a) Decreto-lei.
- b) Resolução do Senado Federal.
- c) Instrução Normativa.
- d) Medida Provisória.
- e) Tratados Internacionais.

98. Admite-se a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa nos seguintes casos, exceto:

- a) Créditos ainda não inscritos em dívida ativa.
- b) Créditos em curso da execução fiscal, em que tenha sido efetivada a penhora.
- c) Créditos sujeitos a liminar em sede de mandado de segurança.
- d) Créditos parcelados.
- e) Créditos vincendos.

99. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos, exceto:

- a) publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- b) publicação prévia da determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- c) publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.
- d) fixação de prazo não inferior a 15 dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos obrigatórios.
- e) publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.

100. Determinado município Brasileiro instituiu uma taxa com o objetivo de cobrá-la em contrapartida do serviço de coleta de lixo. Foi previsto que o valor dessa taxa seria calculado pela multiplicação da base de cálculo (número de metros quadrados do terreno do imóvel) pela alíquota definida na própria lei.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A taxa não pode ser instituída em contrapartida de serviço de coleta de lixo, por ser considerado inconstitucional pelo STF.
 - () A taxa deve ter o seu valor final definido diretamente em lei, não cabendo multiplicação de uma base de cálculo por alíquota, conforme prevê o CTN.
 - () Ao utilizar como base de cálculo a área do imóvel, a referida taxa padece de inconstitucionalidade, por ter a mesma base de cálculo do IPTU.
- a) V, F, F
 - b) V, F, V
 - c) V, V, V
 - d) F, V, V
 - e) F, F, F

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha/Rafael Rocha

101. O ICD será devido a Pernambuco na seguinte situação:

- a) João, residente em PE, doa a nua-propriedade de um imóvel localizado no MS a seu irmão, residente no PI.
- b) João, residente em SE, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no AM, a seu irmão, residente em PE.
- c) João, residente em PE, doa um veículo licenciado no RJ, a seu irmão, residente em GO.
- d) João, residente em SC, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente em PE.
- e) João, residente em PE, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no AC, a seu irmão, residente em MG.

102. No caso de prática de ação que resulte lançamento do imposto por valor inferior ao que deveria ter sido lançado, a multa aplicável será de:

- a) 15% do imposto devido.
- b) 30% do imposto devido.
- c) 50% do imposto devido.
- d) 100% sobre o valor dos bens sonegados.
- e) 100% do imposto devido.

103. João, casado com Maria, falece e deixa 3 bens imóveis em PE e dois veículos no RJ. O inventário foi processado no PE. O casal possui 5 filhos: João, José, Pedro, Marcos e Paulo, todos domiciliados na PB. Nesse caso, sabendo-se que todos os bens são comuns do casal, pode-se afirmar que:

- a) Há 5 fatos geradores do ICD causa mortis.
- b) Há 6 fatos geradores do ICD causa mortis.
- c) Há 15 fatos geradores do ICD causa mortis.
- d) Há 25 fatos geradores do ICD causa mortis.
- e) Há 30 fatos geradores do ICD causa mortis.

104. As alíquotas do ICD em Pernambuco são de:

- a) 2%, 4%, 6% e 8%.
- b) 1%, 3%, 5% e 7%.
- c) 2%, 4% e 6%.
- d) 1, 3% e 5%.
- e) 4%, 5%, 6% e 8%.

105. O prazo para apresentação de recurso ordinário, pelo sujeito passivo, é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

106. Não é um órgão auxiliar do CATE:

- a) Assessoria de Apoio.
- b) Assessoria Jurídica.
- c) Núcleo de Distribuição e Estatística.
- d) Divisão de Expediente e Protocolo.
- e) Assessoria Contábil.

107. Cada Turma Julgadora do TATE é constituída por _____ JATTEs:

- a) 13 JATTEs.
- b) 10 JATTEs.
- c) 6 JATTEs.
- d) 4 JATTEs.
- e) 3 JATTEs.

108. O julgamento em segunda instância deverá ser realizado em:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

109. De acordo com a Lei Estadual nº 7.750/77, que institui a taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (TFUSP) do Estado de Pernambuco, são isentos, exceto:

- a) desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes aos presos.
- b) desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes a fins militares.
- c) a concessão de licença para funcionamento de casas de diversões públicas, cujas rendas sejam exclusivamente destinadas a fins assistenciais.
- d) desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes à situação dos servidores públicos.
- e) os atos referentes à Administração Direta, autárquica e fundacional do Estado, inclusive seus Fundos.

110. De acordo com a Lei Estadual nº 7.750/77, as infrações sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

- a) juros de 1% ao mês, contabilizados como juros simples, apenas.
- b) multa, apenas.
- c) multa, fechamento do estabelecimento e juros de 1% ao mês, contabilizados como juros compostos.
- d) multa e fechamento do estabelecimento, apenas.
- e) multa, fechamento do estabelecimento e juros de 1% ao mês, contabilizados como juros simples.

111. XYZ LTDA, contribuinte de taxa prevista na Lei Estadual nº 7.750/77, deixou de recolhê-la em tempo hábil. Posteriormente, o contribuinte compareceu espontaneamente para sanar a irregularidade. No caso hipotético a XYZ se sujeitará à multa de

- a) 100% do valor do tributo.
- b) 10% do valor do tributo.
- c) 20% do valor do tributo.
- d) 200% do valor do tributo.
- e) 40% do valor do tributo.

112. Sr. João possui duas residências habituais, uma em Limoeiro-PE e outra em Recife-PE. Sua profissão é exercida durante a semana em Jaboatão dos Guararapes (de segunda a quinta) e no Cabo de Santo Agostinho (sexta), ambas cidades pernambucana. Na declaração de Imposto de Renda consta o endereço de Recife-PE. De acordo com a lei 10.849/92, o IPVA é devido

- a) em Recife, por ser o endereço constante na Declaração de IR.
- b) Em Recife ou em Limoeiro, a ser escolhido pelo contribuinte, por serem os locais de suas residências habituais.
- c) Em Jaboatão dos Guararapes ou no Cabo de Santo Agostinho, a ser escolhido pelo contribuinte, por serem os locais onde sua profissão é exercida.
- d) Em Jaboatão dos Guararapes, por ser o local onde sua profissão é exercida majoritariamente.
- e) Em Recife ou em Limoeiro, a ser escolhido pelo Fisco, por serem os locais de suas residências habituais.

113. A concessionária ABC importou 3 veículos. O primeiro deles para uso próprio e os demais para revenda. Posteriormente decidiu incorporar um dos que havia adquirido para revenda a seu ativo permanente. De acordo com a lei 10.849/92 pode-se afirmar que

- a) para todos os veículos o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA é no desembaraço aduaneiro.
- b) o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA é o do desembaraço aduaneiro, no caso do veículo para uso próprio e do veículo adquirido para revenda que foi incorporado ao ativo permanente.
- c) o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA é o do desembaraço aduaneiro apenas no caso do veículo para uso próprio.
- d) para todos os veículos o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA é na data da aquisição.
- e) apenas no caso do veículo a ser revendido que não foi incorporado ao ativo permanente o momento da ocorrência do fato gerador do IPVA é o do desembaraço.

114. Considere as seguintes situações:

I. propriedade de veículo furtado, roubado ou extorquido, no período entre a data da ocorrência do fato e a data de sua devolução ao proprietário, cabendo, a partir de 01 de janeiro de 2004, restituição do imposto recolhido proporcionalmente ao período entre a data do evento e o final de cada exercício ou a data da recuperação do veículo.

II. propriedade de veículo movido a motor elétrico.

III. propriedade de táxi de 8 passageiros.

De acordo com a lei 10.849/92 e considerando apenas os dados apresentados, assinale a alternativa correta no que tange à situação da tributação.

- a) isenção – tributação normal – tributação normal.
- b) isenção – isenção – tributação normal.
- c) isenção – isenção – isenção.
- d) tributação normal – tributação normal – tributação normal.
- e) tributação normal – tributação normal – isenção.

115. De acordo com o RICMS-PE, o recolhimento do ICMS devido ao Estado de Pernambuco por sujeito passivo domiciliado em outra Unidade da Federação deve ser efetuado por

- a) DAE.
- b) DAMDFE.
- c) CT-e.
- d) GNRE.
- e) NFC-e.

116. De acordo com o Decreto 44.650/17, assinale a alternativa correta.

- a) Não se permite a suspensão da inscrição estadual por solicitação do sujeito passivo.
- b) Permite-se a emissão de documento não fiscal com características semelhantes às de documento fiscal, porém é vedada a emissão de documento não fiscal com características iguais às de documento fiscal.
- c) O prazo de validade de documento fiscal acobertando circulação de mercadoria é de 30 dias, quando o quando o destinatário localizar-se no mesmo Município do emitente.
- d) Fica dispensada a impressão do Danfe na operação interna destinada a revendedor autônomo dispensado de inscrição no Cacepe.
- e) A NF-e é o documento fiscal eletrônico que tem por finalidade documentar as prestações de serviço de transporte de carga, observadas as disposições, condições e requisitos do Ajuste Sinief 9/2007, de emissão obrigatória para os contribuintes relacionados na cláusula vigésima quarta do mencionado Ajuste

117. De acordo a legislação do ICMS pernambucana, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O imposto não incide sobre livros simplesmente pautados.
 - II. O ICMS não incide sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para qualquer destinatário, desde que a saída seja efetuada por companhias seguradoras.
 - III. O ICMS não incide em operações interestaduais de remessa e retorno de mercadoria entre armazém geral ou depósito fechado e o respectivo estabelecimento remetente.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Está correto o item II, apenas.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.

118. De acordo com a legislação tributária do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta.

- a) Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular do remetente da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente deve ser considerado como parte do preço da mercadoria.
- b) A alíquota do ICMS na prestação de serviço de transporte aéreo interestadual é de 12%
- c) Na importação, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do IPI, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior, se houver variação da taxa de câmbio até o efetivo pagamento.
- d) Integra a base de cálculo do ICMS o valor do IPI, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.
- e) Na saída de mercadoria com destino a estabelecimento pertencente ao mesmo titular do remetente, considera-se valor da operação, para efeito da determinação da base de cálculo correspondente à saída mais recente da mercadoria.

119. Considere que um contribuinte de Recife remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$20.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 3.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 2.000,00, contratado pelo destinatário junto a terceiros que não o remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

Supondo que não há preço fixado, pauta ou qualquer outra fórmula de cálculo do ICMS ST que não a utilização de MVA, o valor do ICMS a ser retido pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 1.0000,00.
- b) Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.300,00.
- c) Entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00.
- d) Entre R\$ 1.600,00 e R\$ 1.900,00.
- e) Maior que R\$ 1.900,00.

120. Segundo a lei 11.514/97, reincidência é a prática de nova infração a um mesmo dispositivo ou a disposição idêntica da legislação tributária, pelo mesmo contribuinte, anteriormente responsabilizado em virtude de decisão administrativa transitada em julgado. Em caso de repetição pura e simples a pena básica será acrescida do seguinte percentual sobre a multa aplicável:

- a) 50%.
- b) 30%.
- c) 80%.
- d) 90%.
- e) 100%.

121. Julgue os itens a seguir segundo a lei 11.514/97 e assinale a alternativa correta.

- I. A imposição de multa, salvo nos casos previstos em lei, não exime o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração.
 - II. A Secretaria da Fazenda, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, poderá sujeitar ao sistema especial de controle, fiscalização e pagamento o contribuinte que deixar de emitir, habitualmente, documentos fiscais exigidos para operações ou prestações realizadas ou emitir documentos fiscais inidôneos.
 - III. Presume-se que tenha ocorrido saída de mercadoria ou prestação de serviços tributáveis desacompanhadas de Nota Fiscal quando a mercadoria tenha entrado no estabelecimento desacompanhada de Nota Fiscal idônea.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão corretos.
 - d) Está correto o item I, apenas.
 - e) Está correto o item III, apenas.

122. No que tange ao diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS, assinale a alternativa que não se encontra em sintonia com a lei 15.730/16.

- a) Interrompe o diferimento a ocorrência de qualquer fato que altere o curso da operação ou da prestação, subordinadas a este regime, antes do momento fixado para o recolhimento do imposto diferido.
- b) Interrompe o diferimento a saída interna para consumidor final e a interestadual para qualquer destinatário, exceto se com destino à UF signatária de Convênio ou Protocolo ICMS, celebrado no âmbito do CONFAZ, que discipline o diferimento.
- c) O imposto diferido está incluído no ICMS relativo à saída subsequente efetuada pelo adquirente, na hipótese de a mencionada saída ser tributada integralmente.
- d) Salvo disposição em contrário, o recolhimento do ICMS diferido deve ser efetuado pelo adquirente quando da entrada em seu estabelecimento.
- e) Caso a saída subsequente, efetuada pelo adquirente, seja contemplada com redução de base de cálculo ou de alíquota, isenção ou não incidência, o imposto diferido deve ser recolhido em DAE específico, exceto caso haja manutenção do crédito prevista pela legislação.

123. No que tange ao momento da ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS, assinale a alternativa que não esteja em sintonia com a lei 15.730/16.

- a) Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- b) Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto, no caso de comunicação via celular pré-pago, no momento do fornecimento de senha, ticket ou código para reconhecimento ou ativação dos créditos.
- c) Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da saída, de estabelecimento de contribuinte, de bem ou mercadoria destinado a consumidor final não contribuinte do imposto domiciliado ou estabelecido em outro Estado.
- d) Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.
- e) Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da entrada, no território de Pernambuco, de energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, oriundos de outra Federação, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

124. A empresa TXK S/A, localizada em Olinda, assinou contrato de importação de 3.000 televisores da França no dia 14/08/2022. A mercadoria foi fabricada em Nice (França) em 18/08/2022 e saiu do porto em 20/08/2022. No dia 26/08/2022 chegou ao porto de Santos-SP, tendo sido entregue para a TXK em 30/08/2022. O desembaraço ocorreu em 03/09/2022.

De acordo com a legislação pernambucana ocorreu o fato gerador do ICMS referente à importação em

- a) 14/08/2022.
- b) 18/08/2022.
- c) 30/08/2022.
- d) 20/08/2022.
- e) 03/09/2022.

125. Julgue os itens a seguir segundo a lei 15.730/16 e assinale a alternativa correta.

- I. Na hipótese de operação interestadual, não ocorrendo a retenção do imposto antecipado, inclusive na hipótese de o remetente localizar-se em UF não signatária do respectivo Convênio ou Protocolo ICMS celebrados entre UFs no âmbito do CONFAZ, conforme o disposto em legislação específica, ou tendo havido retenção a menor, o imposto não retido ou retido a menor deve ser recolhido pelo adquirente localizado neste Estado.
- II. Não se permite o cálculo do ICMS antecipado pela aplicação de percentual específico sobre a base de cálculo.
- III. Na hipótese de antecipação com liberação do imposto nas saídas subsequentes da mercadoria, fica o contribuinte sujeito ao recolhimento do complemento do ICMS devido, considerando-se a saída efetivamente realizada, nos termos de decreto do Poder Executivo, quando o preço praticado na saída interna destinada a consumidor final for superior à base de cálculo do correspondente imposto antecipado.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
c) Todos os itens estão corretos.
d) Está correto o item I, apenas.
e) Está correto o item III, apenas.

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Santanna

Situação hipotética: considere que, ao realizar uma auditoria na Mares Tranquilos Ltda., o auditor tenha observado a seguinte situação na conta caixa:

Caixa	
10.000	5.000
15.000	25.000

126. O fenômeno observado na situação hipotética acima:

- a) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- b) É algo perfeitamente normal na atividade empresarial, não cabendo nenhuma ação por parte da auditoria.
- c) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- d) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento da receita omitida. No caso em tela, podemos dizer que o contribuinte omitiu, no máximo, 5.000 de receita.
- e) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento da receita omitida. No caso em tela, podemos dizer que o contribuinte omitiu, no mínimo, 5.000 de receita.

127. Assinale, a seguir, a situação que caracteriza o suprimento das disponibilidades sem comprovação:

- a) Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos pela empresa a administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.
- b) Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.
- c) Injeção de numerário no caixa da empresa sem o correspondente registro na contabilidade.
- d) Recursos financeiros em espécie fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos sejam comprovadamente demonstradas.
- e) Contabilização de numerário na conta caixa proveniente de ação delituosa.

128. A auditoria fiscal Maria, ao exercer seus trabalhos em empresa localizada no estado de Pernambuco, verificou o registro relativo à baixa contábil de uma duplicata a receber em valor aparentemente acima do usual para o padrão da empresa. A auditoria decidiu intimar o contribuinte para colher evidências quanto à quitação do recebível, porém não obteve respostas. Adicionalmente, a auditora enviou solicitação de confirmação externa para o cliente envolvido na transação. Em resposta, o cliente informou não ter efetuado a quitação de sua dívida junto à empresa.

Diante do exposto, pode-se dizer que a auditora fiscal está diante de um caso de:

- a) baixa fictícia de títulos a receber, que permite presumir a ocorrência de operação tributada pelo ICMS e pode ser indício de fraude nos registros contábeis.
- b) saldo credor de caixa, que permite presumir a ocorrência de operação tributada pelo ICMS e pode ser indício de fraude nos registros contábeis.
- c) baixa fictícia de títulos a receber, que - sozinha - não permite presumir a ocorrência de operação tributada pelo ICMS.
- d) arbitramento do valor das operações de entrada a prazo e a avaliação da conta fornecedora a valor presente.
- e) classificação de ofício no Regime do Simples Nacional.

129. Quanto _____ o _____ que o auditor acredita existir, _____ deve ser o _____ que o auditor estará disposto a aceitar.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas acima:

- a) maior - risco de detecção - menor - risco de distorção relevante
- b) maior - risco inerente - menor - risco de controle
- c) maior - risco de distorção relevante - menor - risco de detecção
- d) menor - risco de controle - menor - risco de distorção relevante
- e) maior - risco de detecção - maior - risco de distorção relevante

130. O ceticismo profissional inclui estar alerta a uma série de situações, dentre as quais NÃO SE INCLUI:

- a) evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas.
- b) informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria.
- c) condições que possam indicar possível fraude.
- d) determinação da materialidade e do risco de auditoria
- e) circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos de auditoria além dos exigidos pelas.

131. Em relação à identificação de fraudes na escrita contábil, avalie as assertivas a seguir e assinale a CORRETA:

- a) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor independente.
- b) o auditor pode suspeitar ou, em raros casos, identificar a ocorrência de fraude, cabendo a ele estabelecer juridicamente se a fraude realmente ocorreu.
- c) o risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais baixo do que o risco de não ser detectada uma decorrente de erro.
- d) o auditor pode ser capaz de identificar oportunidades potenciais de perpetração de fraude, sendo relativamente fácil para ele determinar se as distorções em áreas de julgamento como estimativas contábeis foram causadas por fraude ou erro.
- e) embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor está preocupado com a fraude que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis.

132. Os fatores de risco são classificados com base nas três condições geralmente presentes quando ocorrem distorções relevantes decorrentes de fraude: incentivos/pressões, oportunidades e atitudes/racionalizações. Assinale a alternativa que representa um fator de risco relativo a distorções relevantes de informações contábeis fraudulentas relacionado a uma atitude/racionalização:

- a) Interesse excessivo da administração por manter ou aumentar o preço das ações ou tendência de ganhos da entidade.
- b) Alto nível de competição ou saturação do mercado, acompanhada por declínio da margem de retorno.
- c) Declínios significativos na demanda dos clientes e fracassos crescentes dos negócios na indústria ou na economia em geral.
- d) Contas bancárias ou operações significativas com subsidiárias ou filiais em paraísos fiscais para as quais parece não haver nenhuma justificativa clara de negócio.
- e) Transações significativas, não usuais ou altamente complexas, especialmente as próximas do fim do período, que colocam questões difíceis de “substância sobre forma”.

133. Ao efetuar o estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros, o auditor aplicará a técnica conhecida como:

- a) estudo relacional
- b) correlação de dados
- c) procedimento analítico
- d) observação direta
- e) plausibilidade temática

134. Considere a anedota abaixo:

Chega um fiscal no estabelecimento do seu Zé e vai disparando:

- Me dá todas as cópias de notas fiscais dos últimos 5 anos!

O seu Zé vai buscar as notas, coloca tudo amontoado na frente do fiscal.

- Mais alguma coisa?

O fiscal responde:

- Agora me busque todos os livros, caixa, razão, diário, inventário...

O Seu Zé arruma tudo certinho, coloca no balcão os livros e diz:

- Mais alguma coisa?

O fiscal responde que não.

Diz o Zé: são 500 reais. Você quer que eu embale para você?

Assumindo que o objetivo do auditor é avaliar a fidedignidade da escrituração fiscal em busca de distorções relevantes, diante da situação hipotética acima, podemos concluir corretamente que:

- a) o auditor deverá aplicar testes de observância
- b) o auditor poderá dar voz de prisão ao contribuinte
- c) o prazo dos documentos solicitados pelo auditor não poderia ser aplicado
- d) o auditor deverá aplicar testes substantivos
- e) a autoridade administrativa não poderia realizar fiscalizações de ofício, ainda que tenha fundada suspeita de prática ilícita em curso

135. Qual o bloco da EFD que registra informações relativas ao controle e encerramento do arquivo digital:

- a) Bloco 0
- b) Bloco C
- c) Bloco 1
- d) Bloco E
- e) Bloco 9

136. A auditoria das disponibilidades, no ativo, tem como finalidade, EXCETO:

- a) determinar rentabilidade da cobrança
- b) determinar a existência de restrições de uso ou de vinculações em garantia
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em bases uniformes
- d) determinar sua existência, que poderá estar na companhia, em bancos ou com terceiros
- e) determinar se está corretamente classificado nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas

137. Após emitida a NF-e, o contribuinte

- a) emitente deverá apagar ou destruir o arquivo digital sob sua guarda, mesmo fora da empresa, no prazo de 10 dias, pois o mesmo estará disponível na administração tributária quando solicitado.
- b) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, em prazo não superior a 24 horas contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização de uso da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço.
- c) não poderá deixar de pagar o imposto referente às prestações e operações descritas, pois o mesmo equivale a débito confessado.
- d) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, impresso em três vias, no posto fiscal de sua região, no prazo de 30 dias após o término do período de apuração.
- e) deverá transmitir o arquivo da NF-e à UF do destinatário, em formato XML ou PDF, ou em substituição, enviar o DANFE em formato PDF.

138. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida:

- a) pelo envio correto do arquivo digital, em formato XML, tempestivamente à administração tributária.
- b) por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
- c) por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, após a ocorrência do fato gerador.
- d) pela regularidade fiscal e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, após da ocorrência do fato gerador.
- e) pelo credenciamento do contribuinte junto à administração tributária por uma assinatura eletrônica qualificada.

139. Analise os itens a seguir:

- I. A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2009, para todos os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
- II. Mediante celebração de Convênio ICMS, as administrações tributárias das unidades federadas e da RFB poderão dispensar a obrigatoriedade para alguns contribuintes, conjunto de contribuintes ou setores econômicos.
- III. O contribuinte que não esteja obrigado à EFD poderá optar por utilizá-la, de forma irretratável, mediante requerimento dirigido às administrações tributárias das unidades federadas.

Estão corretos:

- a) apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

140. Avalie os itens a seguir:

- I. O auditor independente tem responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, porém essa responsabilidade é compartilhada com a auditoria interna quando o auditor independente se utiliza de seus trabalhos.
 - II. Se o auditor independente utilizou o trabalho de auditoria interna, ele deve incluir na documentação de auditoria os procedimentos executados para avaliar a adequação dos trabalhos realizados.
 - III. Exemplos de trabalho da auditoria interna que podem ser utilizados pelo auditor independente incluem testes da eficácia operacional dos controles.
- É correto o que se afirma somente em:
- a) I
 - b) II
 - c) III
 - d) I e III
 - e) II e III

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

141. Por determinação do Tribunal de Contas do Estado Gama, a autarquia estadual Beta precisou avaliar um conjunto de ativos a partir de características análogas a valor corrente. Para isso, o departamento contábil foi acionado a realizar tal solicitação e despachar o relatório ao órgão de controle externo do estado até a data de 15/06/20X1.

Concluída a fase de produção do relatório, o departamento encaminhou o relatório ao respectivo tribunal na data de 10/06/X1 e na data de 12/06/X1 o órgão solicitou que fosse reavaliado e retificado tal relatório, por conter inconsistências.

Com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, o auditor de controle externo verificou corretamente que a autarquia utilizou como critério de avaliação de ativos indevidamente o:

- a) valor em uso.
- b) custo corrente de substituição.
- c) preço líquido de venda.
- d) preço presumido.
- e) valor de mercado.

142. O balanço orçamentário evidenciará as receitas previstas e as despesas fixadas com as respectivas receitas e despesas realizadas ou executadas.

Com base nesse entendimento e levando em consideração o que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a informação que não constará nessa demonstração será:

- a) Dotação atualizada das despesas empenhadas.
- b) Despesas por categoria econômica e função
- c) Dotação inicial das despesas empenhadas.
- d) Previsão atualizada das receitas previstas.
- e) Previsão inicial das receitas previstas.

143. Em 30/12/20X1, o Estado Beta possuía dois edifícios registrados em sua contabilidade, conforme relatório abaixo:

O Edifício Delta no valor de R\$ 450.000,00, destinado à venda.

O Edifício Gama no valor de R\$ 600.000,00, destinado ao uso.

Em 31/12/20X1, o estado reclassifica esses dois edifícios como propriedade para investimento, com o intuito de auferir receitas com a exploração do patrimônio público. Para tanto, determina que os valores justos de ambos, nessa data, montam o valor de R\$ 500.000,00.

Com base somente nessas informações e no que dispõe a NBC TSP 06 – Propriedade para Investimentos, o Estado Beta deverá:

- a) reconhecer um ajuste positivo no patrimônio líquido em decorrência da valorização do Edifício Delta e reconhecer um ajuste negativo no patrimônio líquido em decorrência da desvalorização do Edifício Gama.
- b) reconhecer ambas as diferenças diretamente na Demonstração das Variações Patrimoniais do Estado Beta, pelo valor negativo líquido de R\$ 50.000,00.
- c) reconhecer um ganho no resultado em decorrência da valorização do Edifício Delta e reconhecer uma perda no resultado em decorrência da desvalorização do Edifício Gama.
- d) manter os edifícios registrados por seus valores anteriormente registrados nos grupos do estoque e imobilizado, respectivamente.
- e) reconhecer apenas a valorização do Edifício Delta no resultado, sendo que a desvalorização do Edifício Gama será registrada em uma conta retificadora do grupo propriedade para investimentos.

144. O Estado de Pernambuco, por meio da sua Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ-PE), adquiriu, em 01/01/20X2, uma licença de utilização de um software capaz de buscar informações sobre fraudes fiscais contra o erário estadual. Para tanto, foi desembolsado o valor de R\$ 600.000,00, obtendo essa licença por 60 meses. Por conta da implantação e treinamento dos audazes auditores fiscais, o software ficou em condições de uso pela secretaria em 01/03/20X2.

Em 31/12/20X3, após o reconhecimento da amortização referente ao exercício financeiro de 20X3, a Secretaria de Fazenda constatou que a licença do referido software detinha um valor recuperável de R\$ 360.000,00, em decorrência de um sistema moderno lançado em setembro de 20X3.

Com base nessas informações e sabendo que a Secretaria de Fazenda utiliza o método das quotas constantes (método linear) para amortizar essa licença, o referido órgão deverá:

- a) registrar a licença pelo montante de R\$ 360.000,00 e registrar uma perda de R\$ 20.000,00 no resultado.
- b) registrar a licença pelo montante de R\$ 360.000,00 e reconhecer uma perda de R\$ 30.000,00 no resultado.
- c) registrar a licença pelo montante de R\$ 390.000,00 e reconhecer um ganho de R\$ 30.000,00 no resultado.
- d) registrar a licença pelo montante de R\$ 360.000,00 e reconhecer um ganho de R\$ 20.000,00 no resultado.
- e) registrar a licença pelo montante de R\$ 360.000 apenas.

145. José Neófito foi empossado no cargo de Auditor de Controle Externo da Controladoria-Geral do Estado Gama em 01/04/20X2. Nessa mesma data, o seu superior João Boladão o designou para realizar uma nota técnica sobre uma aquisição de estoque de materiais a serem utilizados nas atividades finalísticas de uma autarquia estadual. Sabe-se que o valor pago pelo Estado foi simbólico, considerado irrisório frente ao valor de mercado praticado.

Com base nas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público e no que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), José Neófito deve fazer constar corretamente em sua nota que a mensuração dos estoques adquiridos deve ocorrer pelo:

- a) valor realizável líquido.
- b) custo de aquisição inicial.
- c) primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS).
- d) valor justo.
- e) custo corrente de reposição.

146. O resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado pelas transações ocorridas no mês de abril de 20X3, positivamente, pelo valor, em reais, de

- a) 9.333.800,00.
- b) 13.833.800,00
- c) 5.333.800,00.
- d) 13.850.000,00.
- e) 14.433.800,00.

147. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial da entidade pública estadual, apurado por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais, foi impactado pelas transações ocorridas no mês de abril de 20X3, positivamente, pelo valor, em reais, de

- a) 11.532.000,00
- b) 12.832.000,00
- c) 11.515.800,00
- d) 13.815.800,00
- e) 11.514.000,00

148. O Estado Delta, em 03/01/20X2, lançou a título de Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) o montante de R\$ 35.000.000,00. Todavia, um Auditor Fiscal detectou que, devido a um erro de inconsistência no sistema de cobrança, o tributo poderia ter sido cobrado indevidamente de vários contribuintes, sendo necessário realizar a restituição aos lesados.

Caso fique identificado que a restituição seja necessária, o desembolso total, por parte do Estado, será de aproximadamente R\$ 2.800.000,00. Caso fique identificado que o erro resultou em uma cobrança a maior, o saldo a ser restituído será de, aproximadamente, R\$ 1.100.000,00 e caso fique identificado que o erro não afetou a cobrança do tributo, não haverá restituição por parte do ente aos contribuintes.

Sabe-se que 15% dos contribuintes foram tributados indevidamente, 40% dos contribuintes foram tributos a maior e 45% não sofreram qualquer tributação indevida ou a maior.

Levando em consideração apenas as informações fornecidas e com base na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o saldo a ser provisionado pelo Estado Delta, a título de provisões, será de:

- a) 860.000,00.
- b) 420.000,00.
- c) 440.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 2.800.000,00.

149. O Estado Gama, em 01/12/20X1, possuía dois lotes de produtos, de diferentes finalidades, registrados em seu estoque. O primeiro, era um lote de uniformes das escolas da rede estadual de ensino, a serem distribuídos até o final de 20X1, adquiridos em um processo licitatório no início de outubro de 20X1. O segundo, era um lote de 10 novos computadores que serão alocados na Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), com a finalidade de dar celeridade aos processos de fiscalização por parte dos auditores fiscais. Os dados extraídos da contabilidade, referentes a esses lotes, são os seguintes:

Lote de uniformes:

Preço de compra: R\$ 450.000,00

Frete pago pelo Estado Gama: R\$ 15.000,00.

Seguro do transporte, pago pelo Estado Gama: R\$ 5.000,00.

Lote de computadores:

Preço de compra: R\$ 2.000.000,00

Frete pago pelo Estado Gama: R\$ 120.000,00.

Seguro do transporte, pago pelo Estado Gama: R\$ 30.000,00.

Em 31/12/20X1, foi constatado, após auditoria das contas públicas, que ambos os lotes não tinham sido destinados à sua finalidade e estavam mantidos nos estoques do Ente Subnacional. Nessa mesma data, foram levantados os seguintes montantes:

Lote de uniformes:

O valor recuperável era de R\$ 460.000,00 e o custo corrente de reposição era apresentado pelo montante de R\$ 465.000,00.

Lote de computadores:

O valor em uso era de R\$ 2.100.000,00 e o valor justo líquido era de R\$ 2.130.000,00. Já o custo corrente de reposição, montava o valor de R\$ 2.300.000,00.

Com base nessas informações e no disposto na NBC TSP 04 – Estoques, desconsiderando qualquer efeito tributário nas duas operações, os lotes:

- a) de uniformes e computadores serão registrados pelo valor de custo, pelo valor realizável líquido ou pelo custo corrente de reposição, dos quais, serão registrados pelo menor valor entre ambos.
- b) de uniformes devem ser registrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor, enquanto

o de computadores deve ser registrado pelo custo corrente de reposição.

c) de computadores deve ser registrado pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor, enquanto o de uniformes deve ser registrado pelo valor de custo ou custo corrente de reposição, dos dois o maior.

d) de computadores deve ser registrado pelo valor de custo ou custo corrente de reposição, dos dois o menor, enquanto o de uniformes deve ser registrado pelo valor de custo ou custo corrente de reposição, dos dois o menor.

e) de computadores deve ser registrado pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor, enquanto o de uniformes deve ser registrado pelo valor de custo ou custo corrente de reposição, dos dois o menor.

150. O Município Audazes dos Pampas realizou uma “black friday” de todos os serviços públicos de pronto atendimento que envolviam taxas. Considerando a boa adesão da comunidade, houve a geração de um montante expressivo de taxas, todas com arrecadação concomitante ao fato gerador. Assinale a opção que indica qual será a contabilização, no âmbito da natureza de informação orçamentária, dessa arrecadação:

a)
Débito 1.1.1.x.x.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)
Crédito 4.1.x.x.xx VPA – Impostos, taxas e contribuições de melhoria

b)
Débito 4.1.x.x.xx VPA – Impostos, taxas e contribuições de melhoria
Crédito 1.1.1.x.x.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

c)
Débito 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada
Crédito 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar

d)
Débito 7.2.1.1.x.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
Crédito 8.2.1.1.x.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

e)

Débito 6.2.1.1.x.xx Receita a Realizar

Crédito 6.2.1.2.x.xx Receita Realizada

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

151. A Constituição Federal traz normas específicas relativas à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Sobre o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 74 do texto constitucional, assinale a alternativa que contém uma de suas finalidades:

a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

b) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

c) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

152. À luz da disciplina constitucional dos princípios gerais e das limitações do poder de tributar, é correto o que se afirma em:

- a) Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como a regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- c) Compete exclusivamente à União e aos Estados instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- d) Aos entes públicos é vedado instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, não se estendendo tal regra às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- e) Os Estados, Distrito Federal e Municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

153. A Lei nº 7.741/78 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco) disciplina a administração financeira do Estado, no que se refere à elaboração, aprovação e execução do Orçamento, bem como suas repercussões sobre o patrimônio estadual. Nos termos da referida lei, a elaboração e as alterações dos orçamentos do Estado serão conduzidas e coordenadas pelo órgão central do orçamento, que anualmente emitirá instruções e as distribuirá até o dia 31 de maio, destinadas à preparação das propostas parciais pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e órgãos vinculados. A seu turno, as unidades orçamentárias e órgão vinculados deverão encaminhar suas propostas parciais ao órgão central de orçamento, para efeito de elaboração final dos projetos de lei do Orçamento Plurianual de Investimentos e do Orçamento-Programa Anual, até o dia:

- a) 31 de julho de cada ano.
- b) 31 de agosto de cada ano.
- c) 15 de agosto de cada ano.
- d) 15 de julho de cada ano.
- e) 1º de agosto de cada ano.

154. Suponha que, no decorrer do processo de votação do Orçamento da União, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, tenha sido incluída emenda individual parlamentar de caráter impositivo. Sobre as regras relativas a tais emendas, é incorreto afirmar que

- a) essa emenda poderá alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou de transferência com finalidade definida.
- b) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência com finalidade definida, estes estarão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
- c) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência especial, pelo menos 50% deverão ser aplicados em despesas de capital.
- d) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência especial, estes serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere.
- e) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência especial, estes serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado e pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira.

155. O princípio orçamentário da especificação dispõe que as receitas e as despesas devem ser evidenciadas na lei orçamentária de forma discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação. A regra objetiva facilitar a função do controle político do gasto público, pois inibe autorizações (dotações) genéricas, com finalidade aberta, e que propiciam demasiada flexibilidade e arbítrio ao Poder Executivo. Contudo, a despeito da existência da regra, é uma exceção a esse princípio

- a) a possibilidade de autorização de contratação de operações de crédito no texto da Lei Orçamentária Anual.
- b) a possibilidade de registro de valores líquidos na Lei Orçamentária Anual com relação às transferências constitucionais ou legais.
- c) a existência de programa especial de trabalho custeado por dotação global.
- d) a possibilidade de créditos especiais e extraordinários serem reabertos em exercício seguinte caso tenham sido autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- e) a possibilidade de não inclusão de receita na Lei Orçamentária Anual em razão da incerteza de sua realização.

156. Tendo em vista a elevada quantidade de Leis que estipulam vinculações de receitas, restam poucos recursos livres disponíveis para os governos federal, estadual e municipal financiarem políticas públicas discricionárias. Nesse contexto, estabeleceu-se, por meio da EC nº 93/2016, a desvinculação de determinados recursos, a fim de se tornarem passíveis de serem aplicados livremente. Sobre o tema, é correto afirmar que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas dos Estados e do Distrito Federal

- a) relativas a quaisquer contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e taxas.
- b) relativas a contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e taxas, ressalvadas as contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social e as contribuições sociais do salário-educação.
- c) relativas a impostos, taxas e multas, inclusive recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) relativas a impostos, taxas e multas, inclusive receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores.
- e) relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, observadas as ressalvas constitucionais.

157. Em setembro de 2022, o Poder Executivo do Estado de Pernambuco verificou que a dotação orçamentária destinada a atender despesas com Equipamentos e Material Permanente seria insuficiente, razão por que procedeu à abertura de crédito orçamentário adicional com o intuito de atender à tal despesa. Para a abertura do referido crédito, nos termos da Lei nº 4.320/1964, uma possível fonte de recurso utilizada foi

- a) a economia orçamentária verificada no Balanço Orçamentário do exercício.
- b) o superávit financeiro apurado em Balanço Financeiro do exercício de 2021.
- c) o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2022.
- d) o excesso de arrecadação do exercício anterior.
- e) o produto de operações de crédito autorizadas.

158. Considere os seguintes itens:

- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

São documentos/informações relacionados à Lei Orçamentária Anual.

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II, III, IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

159. No que tange à dívida pública, com fundamento nos preceitos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, compete ao Congresso Nacional

- a) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- b) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- c) dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal.
- d) estabelecer limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios
- e) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

160. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz regras rígidas acerca dos limites da despesa com pessoal. Naqueles Estados em que existe Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais limites para a despesa com pessoal

- a) do Legislativo será de 2,5% e do Executivo de 40,9%.
- b) do Legislativo será de 3,4% e do Executivo de 48,6%.
- c) do Legislativo será de 3% e do Executivo de 49%.
- d) do Legislativo será de 6% e do Executivo de 54%.
- e) do Legislativo será de 4% e do Executivo de 48%.

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-PE-03-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>